



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Formação profissional

## EDUCAÇÃO, TRABALHO E CAPITALISMO: UM ENFOQUE NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

SANDRA GOMES DA SILVA GARCIA<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo deste estudo é apresentar aspectos da formação profissional do Serviço Social, estabelecendo um diálogo crítico desta formação, situando-o na relação existente ao processo de desenvolvimento do capitalismo. Nessa direção, foi observado a existência de uma estreita relação entre tais categorias e os processos adjacentes ao desenvolvimento do capital, ocasionando em condicionantes nos processos de formação profissional em Serviço Social. Assim, o dimensionamento sócio-político é colocado como um importante caminho a ser percorrido na busca pela renovação do processo de formação do Serviço Social.

**Palavras-Chave:** Serviço Social; Formação Profissional; Capitalismo.

**Abstract:** The objective of this study is to present aspects of the professional formation of Social Service, establishing a critical dialogue of this formation, placing it in the existing relation to the process of development of capitalism. In this direction, it was observed the existence of a close relation between such categories and the processes adjacent to the development of the capital, causing in conditioners in the processes of professional formation in Social Work. Thus, socio-political dimension is placed as an important path to be pursued in the search for the renewal of the Social Service formation process.

**Keywords:** Social Service; Professional Qualification; Capitalism.

### 1. INTRODUÇÃO

Problematizar a respeito da formação em Serviço Social, se faz necessário, tendo em vista a apropriação do capitalismo sobre os processos de formação profissional em favor de suas necessidades, dessa forma, contribuir para um processo de reflexão dos atores envolvidos nos processos de formação, com vistas a fomentar inquietudes e assim traçar estratégias de enfrentamento que contribuam para uma formação pautada nas respostas necessárias às expressões da questão social na contemporaneidade, centrada em uma atuação norteadas pelos princípios éticos e políticos do projeto político profissional.

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Sergipe. E-mail: <sahndra\_gomes@hotmail.com>

Com este objetivo, o presente trabalho visa apresentar aspectos da formação profissional do Serviço Social, estabelecendo um diálogo crítico desta formação, amparadas na compreensão histórica de alguns aspectos das categorias educação e trabalho. Nessa direção, demonstrar a estreita relação entre tais categorias adjacentes aos processos de desenvolvimento e valorização do capital e os condicionantes engendrados nos processos de formação profissional em Serviço Social.

Para o alcance do objetivo proposto, foi utilizada como metodologia, revisão bibliográfica enfocando aspectos analíticos relacionados à formação e mercado de trabalho profissional do Serviço Social. Assim, a exposição do tema está dividida em duas partes. A primeira buscará apresentar a relação da educação e do trabalho em uma conotação constitutiva do capital; na segunda, será abordada, aspectos relacionados à formação e mercado de trabalho profissionais do Serviço Social.

## **2. A EDUCAÇÃO E O TRABALHO COMO PRINCÍPIOS CONSTITUTIVOS DO CAPITAL**

Ao discutir a relação entre educação e trabalho, Saviani (2015), faz menção a formas diferenciadas de se compreender a educação: uma vinculada ao âmbito do não trabalho, portanto, designava o caráter improdutivo da educação, e outra atrelada à importância para o desenvolvimento econômico, qualificadora de mão-de-obra.

O autor demarca a educação enquanto processo de existência do próprio homem que ao produzirem sua existência, ativavam comunitariamente, o próprio processo educativo. Fato que é redirecionado com a apropriação privada da terra, dividindo os homens em classes sociais, e conseqüentemente, criando formas diferenciadas de educação, dada as especificidades das classes sociais. Com o desenvolvimento capitalista, o cerne de produção de bens deixa de estar centrado no campo, passando a vigorar nas cidades, por intermédio da indústria.

Dentro deste cenário, a escola/educação é redirecionada. Isso porque a sociedade moderna, baseada em uma sociedade contratual, possui como uma de suas exigências a generalização da escola. A mudança de perspectiva da primeira

para a segunda concepção “tendeu a se alterar a partir da década de 60 com o surgimento da teoria do capital humano, passando a educação a ser entendida como algo não meramente ornamental mas decisivo para o desenvolvimento econômico” (p. 01).

A esta exigência vincula-se o fato do conhecimento produzido transformar-se em meios de produção material, através da incorporação científica, pautada na expansão urbano-industrial. Na lógica da modernidade, a escolarização básica deve ser ofertada a todos, formando cidadãos que estejam habilitados a viverem nas cidades e para as cidades.

Ao discutir a respeito da relação existente entre trabalho e educação, Gentili (2005), faz uma abordagem enfocando a teoria do capital humano. Conforme suas colocações, desde a metade do século XIX a escola era percebida pelas classes sociais como entidade integradora, em sentido ampliado, norteadas por estratégias destinadas a promover condições educativas para o mercado de trabalho. Com a crise de 1970 (crise da fase de ouro do capitalismo), a promessa integradora perde força e abre-se espaço para a revalorização da função econômica que permeia a educação, trazendo alterações no sentido econômico atribuído à escolarização, cujo cerne está envolto das circunstâncias estruturais sofridas pela economia mundial, e das necessidades advindas do processo de modernização, trazendo rebatimentos e mudanças no âmbito da educação.

Há duas lógicas presentes no mundo do trabalho e da educação. A produção capitalista tem uma lógica própria, que difere da lógica da educação. Há uma contradição entre a lógica da produção capitalista que tem base no lucro, na exploração do trabalho, no tempo breve em que se deve realizar a atividade produtiva, no corte de custos, no aumento da produtividade do trabalho, na competitividade, na mercantilização de toda produção humana. (Ciavatta, 2010, p. 90).

A necessidade de adensamento de perfis profissionais específicos e funcionais ao sistema econômico avança sobre o universo dos trabalhadores, e pode-se afirmar que se traduzem em demandas provenientes da contemporaneidade e suas particularidades na esfera de produção, desencadeadas pelo processo de reestruturação produtiva após a crise do capitalismo na década de 1970, a qual trouxe uma série de implicações ao mundo do trabalho. Nas palavras de Antunes (2011, p. 23), “afetou a sua forma de ser”. Com essa assertiva, não é exagero

afirmar que este processo culminou em profundas transformações nas bases de qualificações profissionais, com implicações nos quadros de formação profissional.

Seguindo este raciocínio, Deluiz (1995, p. 04), reforça esta concepção quando relata que “as qualificações profissionais só podem ser compreendidas a partir de uma perspectiva histórica, pois são produto e, (...) respostas a necessidades econômicas, políticas, sociais e culturais [...]”. Essa realidade apresenta direcionamentos diversos no universo de formação, exigindo qualificações profissionais que consigam dar respostas efetivas para atendimento das necessidades de mercado.

No atual contexto, a qualificação profissional ganha destaque, tendo em vista as novas configurações do mundo do trabalho advindas do processo de acumulação capitalista, que alia investimento tecnológico com novas e complexas relações e condições de trabalho, neste processo exige-se um novo perfil de trabalhador, tais como: empreendedor, polivalente, criativo, com formação técnica geral e flexível aos interesses econômicos (Costa e Souza, 2017).

O serviço social, enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, não está alheia à essa realidade, que encontra-se sustentada pelas especificidades contemporâneas do capital. Ao realizar uma contextualização sobre os condicionantes engendrados pelo capitalismo e os seus rebatimentos no trabalho lamamoto (2008), situa o assistente social como um trabalhador que está sujeito às mesmas tendências do mercado de trabalho.

Raichelis (2011), ao desenvolver o tema do assistente social na condição de trabalhador assalariado ressalta que,

Analisar o significado social da profissão significa inscrever o trabalho do assistente social no âmbito do trabalho social coletivo na sociedade brasileira atual, não apenas destacando sua utilidade social e diferencialidade diante de outras especializações do trabalho social, mas também, e contraditoriamente, sua unidade enquanto parte do trabalho social médio, comum ao conjunto de trabalhadores assalariados que produzem valor e/ou mais-valia (lamamoto, 2009b, p. 38, apud Raichelis, 2011, p. 425).

Esse processo corrobora para dimensionar particularidades da formação profissional do Serviço Social, no atendimento das exigências impetradas pelas necessidades adjacentes à acumulação capitalista, incidindo nos processos de formação da categoria e de sua competência profissional.

Sobre a discussão relacionada à questão da competência, inserida no contexto de acumulação, Santos e Aranha (2017), concordam com Araújo (2005), quando a autora “evidencia que as mudanças na organização produtiva foram a base para o fortalecimento da lógica da competência, especialmente com a exigência de mobilização de várias capacidades do trabalhador, em função dos processos de valorização e da lucratividade”. (p. 22). Diante do quadro ideológico que se instaura em torno das capacidades do indivíduo, observa-se que a identidade profissional é deslocada, passando a vigorar aspectos subjacentes à lógica privada, com delineamento voltado para as capacidades e competências individuais, com vistas a conseguir inserção no mercado de trabalho.

### **3. ASPECTOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MERCADO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL**

Ao longo do processo de seu desenvolvimento enquanto profissão, muitos foram os caminhos e descaminhos percorridos pelo Serviço Social na busca por sua identidade profissional. Conforme discutido por Iamamoto (2013), a aparente indefinição encontra-se ancorada na precariedade do desenvolvimento técnico e científico. Esta precariedade tem respaldo na própria história de construção da profissão, onde decorre uma dificuldade de reconhecimento de funções objetivas.

Falar sobre o Serviço Social requer realizar uma análise sócio-histórica dos acontecimentos da sociedade pautada no desenvolvimento do capitalismo, sobretudo, em sua fase monopolista. Através desta análise, compreender as interfaces presentes no contexto do desenvolvimento que recai sobre a dinâmica da formação profissional.

Partindo da análise de Neto (2011), no fim do século XIX o capitalismo experimentou profundas transformações que ocasionaram em mudanças macro na estrutura social e política da sociedade. Esse período é demarcado como a fase de transição do capitalismo concorrencial à fase monopolista, que trouxe o agravamento das contradições, alcançando elevados níveis de exploração e desigualdades sociais, tornando a questão social latente na sociedade.

Nessa direção, a concepção da questão social,

[...] não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e da repressão (Iamamoto; Carvalho, 1995, p.77 apud Santos, 2012, p. 25).

Este entendimento corrobora com o pensamento de Neto (2011), quando sinaliza que a emergência do Serviço Social se dá na intercorrência de um conjunto de processos econômicos, sócio-políticos e teórico-culturais, oportunizando a racionalização da assistência com a criação dos primeiros cursos de Serviço Social, que ocorreu na passagem do século XIX ao século XX. Dentro de sua análise, a legitimação do Serviço Social está situado na “criação de um espaço sócio ocupacional, no qual o agente técnico se movimenta, mais precisamente: o estabelecimento das condições histórico sociais” (Neto, 2011, p. 70).

Essa abertura se traduz da necessidade estatal de enfrentamento da questão social, posta para a sociedade através dos níveis de desigualdade, exploração e exclusão social provenientes do desenvolvimento, creditado ao período monopolista do capital, surgido da necessidade de legitimação deste. Assim, o Serviço Social é apreendido como o profissional responsável por materializar o atendimento de necessidades sociais por intermédio das políticas sociais. Nessa direção, está posto o mercado de trabalho para o assistente social. Com efeito, a dimensão da formação profissional é recortada em seu viés estritamente voltado à demandas do mercado de trabalho, porque não dizer das necessidades advindas do capitalismo, transformando a atuação profissional do Serviço Social em mecanismo favorecedor de dominação da classe burguesa sobre o contingente da classe trabalhadora.

Este posicionamento profissional pode ser compreendido a partir das bases conceituais da trajetória intelectual, na qual o Serviço Social brasileiro recebe influência do modelo de formação Franco-Belga (Europa), o qual primava por uma formação pessoal e moral, baseado na doutrina da Igreja Católica. Essa influência perdurou até meados da década de 1940, quando é introduzida a sociologia conservadora norte-americana. A partir daí, o Serviço Social passa a dar ênfase à instrumentalidade técnica. Através dessa aproximação, baseia-se na perspectiva

funcionalista e em metodologias voltadas ao atendimento das demandas de caso, grupo e comunidade, buscando-se com isso, a integração do homem ao meio social.

Sobre este ponto, interessa demonstrar as matrizes culturais de caráter conservador, com as quais a instrumentalidade técnica-operacional dos primeiros assistentes sociais se depararam e que trouxeram rebatimentos para o âmbito de formação da profissão. Para lamamoto (2013, p. 169-170),

Esta digestão sobre o pensamento conservador é fundamental para se compreender o universo teórico no qual se situam aquelas motivações iniciais que informaram a busca do curso de Serviço Social, enquanto encontram-se permeadas pela utopia conservadora. Dessa forma, não podem ser desconhecidas em um projeto de formação profissional; devem ser, ao contrário, objeto de desmistificação, de elucidação. Necessitando ser rebatidas por uma compreensão do significado social e histórico da profissão na sociedade de classes, mas devem também ser redimensionadas, resgatando a dimensão de resistência [...].

Ultrapassar as marcas do conservadorismo e buscar novos horizontes para a profissão, são aspectos de suma relevância para imprimir novos direcionamentos para a formação da categoria. Behring e Boschetti (2016), apontam que o rompimento com o conservadorismo “obriga o Serviço Social a conviver permanentemente com tensões próprias das relações sociais capitalistas, inscritas no imperativo de permanente produção e reprodução do capital” (Behring e Boschetti, 2016, p. 131). Esse terreno de correlação de forças, exige que o assistente social tenha a capacidade de leitura das especificidades que se manifestam no cotidiano de trabalho, que contribuam na instrumentalidade da profissão.

A esse respeito, lamamoto (2009a), reflete que o processo que ensejou a mudança qualitativa em termos de aprimoramento profissional do Serviço Social, teve sua base fundamentada no período de ascensão dos movimentos políticos das classes sociais, período da redemocratização do país. Isso levou ao questionamento da categoria por segmentos políticos sociais “impulsionando um processo de ruptura com o tradicionalismo profissional e seu ideário conservador” (lamamoto, 2009a, p. 04).

Percebe-se que existe uma necessidade socialmente construída de um direcionamento profissional condizente com os aspectos conjunturais daquela realidade histórica. Dessa forma, o Serviço Social passa a experimentar um novo

enfoque, a construção de um novo projeto profissional: o projeto ético-político, que surge como tendência no final dos anos de 1970. Abreu (2016, p. 236), sinaliza que o projeto profissional é apreendido pelo “processo de construção da formação profissional no conjunto das mediações que particularizam e movem o Serviço Social na sociedade brasileira”, onde a necessidade de deslizar por outros nortes sobre o significado social da profissão, balizam seus reclamos e movimentos de avanço, direcionando a categoria para um viés político e investigativo de apreensão da realidade e das contradições que a recortam.

Esse movimento esteve envolto dos condicionantes de natureza sócio-política, contraditórios à sua formulação, com rebatimentos na política de educação superior, demarcado pelas características advindas do período ditatorial, cujas marcas permanecem acesas pelo neoliberalismo “para a formação do novo profissional moderno, polivalente e colaborador [...] funcional à necessidade da nova fase do capitalismo” (Lima, 2014, p. 138, apud Abreu, 2016, p. 238).

Cumpriu um importante papel nesse processo, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS- considerada como um importante sujeito de promoção de transformações no seio da categoria profissional dos assistentes sociais para este período, apontando que, “o ano de 1979 constituiu o marco dessas transformações, pela realização de dois grandes eventos [...]: o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais [...] e a XXI Convenção da Associação Brasileira de Ensino do Serviço Social” (Abreu, 2016, p. 236-237). Esta nova concepção da profissão foi tensionada por mudanças de natureza ideológica e política, favorecidas pela aproximação do meio acadêmico com a teoria social de Marx na década de 1980, na qual expressou singular importância no processo de amadurecimento político da categoria, além de permitir à profissão a formulação de sua identidade enquanto participante do conjunto da classe trabalhadora.

Koike (2009), aponta que a aprovação do currículo de 1982 propiciou um novo repensar da categoria e oportunizou uma formação pautada na teoria social crítica e de uma aproximação com a realidade social. Tratou-se de uma forma de repensar coletivamente e democraticamente a profissão. A partir daí, um redimensionamento interno, consubstanciado na aprovação do projeto ético-político de 1993 e da legislação que regulamenta a profissão. Este novo direcionamento político supõe um profissional com capacidade crítica, teórica, ético-política e

técnico-operativa para consubstanciar o conhecimento e a transformação da realidade social.

Tratando especificamente sobre a questão da formação para o Serviço Social, a autora, faz uma abordagem sobre o processo educativo-formativo dos assistentes sociais em face das novas exigências contemporâneas advindas das transformações societárias engendradas em face do capitalismo. Como produto dessas exigências do universo contemporâneo, observa-se que “a formação e o próprio trabalho profissional estão ambos inseridos na lógica do capital, fazendo que o assistente social atenda a determinada funcionalidade, de acordo com os objetivos estabelecidos pelo modo de produção capitalista (TINTI, 2015, p. 78).

[...] vemos que a formação, atendendo aos interesses do capital, irá determinar um contexto específico para o trabalho profissional do assistente social, no qual ele encontrará inúmeras dificuldades para ter uma atuação vinculada ao projeto ético-político da profissão. Essa questão aponta para um grave contexto que está chamando a atenção dos estudiosos da profissão, pois assinala um novo momento de crise e de mudança nela, chegando a ser comparado com o Movimento de Reconceituação (Tinti, 2015, p. 83).

Para exemplificar a respeito das novas exigências postas para o assistente social, em face do mercado de trabalho, pode-se citar a contribuição de Iamamoto (2009b), onde ela apresenta que os assistentes sociais estão sendo chamados a atuar na esfera de planejamento, monitoramento, avaliação e gestão de políticas. Com isso, novas exigências de qualificação são apresentadas ao perfil profissional.

Tendo como direcionamento o atendimento de suas especificidades, o modelo de produção promove um novo padrão societário, o qual incide sobre o mundo do trabalho, corroborando para o desencadeamento de consequências, sobretudo, na subjetividade do trabalhador em face da consolidação da sociabilidade capitalista.

Tais condicionantes afetam a formação profissional, uma vez que exige do sistema educacional uma nova operacionalização, condizente com as inclinações adequadas à funcionalidade do sistema de acumulação.

“Na área da educacional, as alterações no processo de formação profissional foram introduzidas com a LDB/1996, ancorada em pilares mercantilistas e privatistas, propostos pelo FMI e BIRD” (Ribeiro, 2012, p. 83). O que se segue, é a

formatação de um ensino superior mercantilizado e conseqüentemente, a degradação da universidade pública.

Como efeito do desenvolvimento mercantil, opera-se no âmbito da formação profissional, a reestruturação do sistema nacional de educação, entendido como momento de enquadramento da educação aos pressupostos de recuperação em face da crise capitalista contemporânea, dentro de uma conjuntura neoliberal, na qual a privatização dos serviços públicos e o esvaziamento das políticas sociais são características marcantes.

[...] o Banco Mundial tem sido o agente principal na definição do caráter “economicista”, “privatista” e “tecnocrático” da reforma dos sistemas de ensino nos três níveis em curso na maioria dos países, desde os anos de 1950 do século XX e entrando pelo século XXI. Reduzem-se, ou mesmo abandonam-se, os valores e os ideais humanísticos de cultura universal e pensamento crítico, ao mesmo tempo em que se implementa diretrizes, práticas, valores e ideais pragmáticos, instrumentais, mercantis (Ianni, 2005, p. 32-33).

Os cursos de EAD, consolidam a mercantilização da educação no Brasil, criando um processo de discriminação em virtude da existência de dois universos distintos de formação, promovendo impactos negativos no âmbito de atuação profissional.

Ao realizar sua análise em relação a formação profissional do Serviço Social brasileiro, Iamamoto (2014), apresenta o currículo aprovado em 1982 como base para a construção das Diretrizes Curriculares de 1996. Estas reafirmam a questão social, situando-a como base de fundação sócio histórica da profissão, apontando para o serviço social a necessidade de decifrar novas mediações em virtude das várias expressões que ela assume, na busca pelo enfrentamento e da resistência pela defesa tanto da vida como dos direitos.

Retomando as considerações de Koike (2009), o processo de aprovação das Diretrizes Curriculares sofreu ataques por parte do MEC, sofrendo um longo período de tramitação no Congresso Nacional de Educação, assim como a desfiguração e esvaziamento dos conteúdos originários. Dessa forma, corroborou para a supressão do norte do projeto, deixando-o sem referência, facultando às instituições a estruturação dos projetos pedagógicos.

Vasconcelos e Baltar (2014), também denunciam que o MEC retirou conteúdos fundamentais para o Serviço Social, ocasionando perdas para a formação

crítica e ação inovadora. Entende que tais conteúdos contradizem o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. Os prejuízos para a formação são expressos através da flexibilização curricular, e da brevidade na formação profissional. Com efeito, o ensino superior é atingido, contribuindo para mudanças na formação acadêmica, e conseqüentemente, do exercício profissional nos dias atuais.

Para Yamamoto (2013, p. 162), “a formação profissional não se reduz à oferta de disciplinas que propiciem uma titulação ao Assistente Social para responder a uma condição para sua inserção no mercado de trabalho”. Com este direcionamento, defende um projeto capaz de dar respostas afinadas às demandas que se apresentam no cotidiano de trabalho, no intuito de possibilitar respostas alternativas e criativas, condizentes com os contornos socioeconômicos e políticos do país.

A respeito da configuração no âmbito do exercício profissional, Raichelis (2009), faz uma discussão que permite compreender os reflexos da retração da responsabilidade estatal, sobre os direitos sociais promovendo o sucateamento dos serviços públicos. Com esta configuração o Estado vem moldando novos quadros de atendimento estatal às necessidades sociais e contribuindo para mudanças significativas no universo de trabalho dos assistentes sociais.

As implicações no mercado de trabalho profissional podem ser visualizadas pelas novas formas de trabalho que vem sendo realizadas, oportunizando um quadro de subcontratação profissional, bem como de terceirização. Observa-se que estes condicionamentos promove um quadro de desconfiguração do trabalho técnico. A autora destaca a gravidade desta situação relacionando-a ao processo de terceirização da prestação dos serviços públicos, na qual a conotação entre direito e serviço é rompida pela lógica privada de operacionalização.

Essa terceirização está associada ao crescente número de trabalhos desempenhados pelas ONGs e as parcerias que vem sendo implementadas pelo Estado junto ao âmbito empresarial, sob forma de conversão da assistência social em filantropia empresarial, a qual é traduzida no discurso de responsabilidade e ética empresarial que contribui negativamente, para metamorfosear os espaços sócio ocupacionais do Serviço Social.

Behring (2010), no trato da seguridade social, também faz algumas considerações apresentando que o quadro de limites e contradições que se instaura

promove novos posicionamentos do Estado frente ao atendimento da questão social, gerando um processo de atendimento baseado na refilantropização e na expansão do Terceiro Setor. Esses processos promovem rebatimentos no exercício cotidiano do trabalho do assistente social, que experimenta a precarização das relações de trabalho e os dilemas que essa realidade apresenta.

Ao realizar um estudo sobre o mercado de trabalho do Serviço Social a partir da compreensão dos dilemas e desafios da profissão, Silva (2017), apresenta uma grande contribuição. Diante do estudo realizado, foi observadas implicações na qualidade e na prestação dos serviços, com destaque para as condições éticas e técnicas do exercício profissional.

O assistente social, vê-se com dificuldades em relação a sua força de trabalho, em virtude da precarização dos vínculos, o excesso de trabalhadores, potencializado com o incremento da mão de obra via crescimento dos cursos EAD, fato que contribuiu para um processo de barateamento da mão de obra e concomitantemente, trouxe prejuízos para a formação profissional em virtude do tempo de formação, demonstrando a realidade em torno da precarização do ensino superior.

Ao realizarem uma reflexão sobre a categoria gênero no processo de formação dos assistentes sociais, Borges e Cruz, (2017, p. 79) pontuam que,

A educação é o locus privilegiado do processo de socialização e o Serviço Social na contemporaneidade vem passando por transformações que exigem um novo perfil profissional, uma vez que o seu objeto de trabalho vem apresentando novas expressões da questão social e seu enfrentamento requer desse profissional, além dos conhecimentos técnicos, uma formação crítica ética, reflexiva e propositiva na sua relação com a sociedade.

Proporcionar uma prática qualitativa de formação profissional se faz uma necessidade urgente, em face dos desafios que se colocam no campo de atuação dos assistentes sociais, que vivenciam no cotidiano de seu trabalho as interfaces do trato das expressões da questão social na contemporaneidade. Dessa forma, entende-se que a problematização e apropriação desta necessidade no campo acadêmico e nas instâncias políticas de discussão, pode contribuir de forma qualitativa, no preenchimento das lacunas que perfazem a formação profissional em

Serviço Social, objetivando qualificar a intervenção na esfera do seus espaços sócio ocupacionais.

#### 4. CONCLUSÃO

Diante dos quadros sociais que expressam a questão social na contemporaneidade, da necessidade de identidades profissionais com capacidade crítica e criativa de leitura de tais particularidades, assim como da formulação de propostas de enfrentamento progressistas e democráticas no que tange as relações sociais, entende-se que o dimensionamento sócio-político é colocado como um importante caminho a ser percorrido.

Com este entendimento, buscar por uma formação profissional que consubstancie o fortalecimento de seu direcionamento ético-político, teórico-metodológico, como via de sustentação qualitativa de sua dimensão técnico-operativa.

Adensar a essa discussão é uma das proposituras delineadas a partir das constatações de fragilização no universo da formação profissional dos assistente sociais. Nesta linha de raciocínio, impulsionar um processo reflexivo sobre as necessidades da realidade social, no desenvolvimento teórico-prático e ídeo-político da categoria, se configuram como uma necessidade latente a ser problematizada pelos profissionais, trazendo a abertura dessas discussões para o interior da categoria, nos espaços de formação profissional do Serviço Social.

#### REFERÊNCIAS

ABREU, M. M. A formação profissional em Serviço Social e a mediação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS): as diretrizes curriculares/1996 em relação à perspectiva emancipatória no âmbito do avanço do conservadorismo. In: SILVA, Maria L. de O (org). SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: história de resistência e ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016. P. 235-263.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho**: ensaios sobre as metarfosas e a centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, E. R. **Trabalho e Seguridade Social**: o neoconservadorismo nas políticas sociais. In: BEHRING, Elaine R.; ALMEIDA, Maria H.T. de. (orgs). Trabalho

e seguridade social: percursos e dilemas 2 ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2010. P. 152-174.

BEHRING, E. R. BOSCHETTI, Ivanete. **Serviço Social e política social: 80 anos de uma relação visceral**. In: SILVA, Maria L. de O. (org). Serviço Social no Brasil: histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016. P. 119-140.

BORGES, J. L. de J. **Questões sobre gênero e formação profissional no curso de Serviço Social da UFS**. v. 5, n. 1, Jan./ Abr. 2017. Disponível em: [www.feminismos.neim.ufba.br](http://www.feminismos.neim.ufba.br). Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

CIAVATTA, M. **Dilemas do cidadão produtivo no trabalho e na educação** In: BEHRING, Elaine R.; ALMEIDA, Maria H.T. de. (orgs). Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas 2 ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2010. P. 77-94.

COSTA, F. M. Souza, V. S. **Assistência Social, Trabalho e Qualificação Profissional: tendências e contradições**. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/Arquivos>. Acesso em 10 de Dezembro de 2017.

DELUIZ, N. **Mudança no conteúdo das qualificações profissionais-implicações para a formação profissional**. In: formação do trabalhador: produtividade e cidadania. Mudanças no conteúdo. Rio de Janeiro: Shape ed., 1995. P. 161-194.

GENTIL, P. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, Dermeval Saviani; SANFELICE, José Luís (orgs). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas. SP: Autores associados, HISTEDBR, 2005. P. 45-59.

IANNI, O. **O cidadão do mundo**. In: Capitalismo, trabalho e educação. In: LOMBARDI, Dermeval Saviani; SANFELICE, José Luís (orgs). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas. SP: Autores associados, HISTEDBR, 2005. P. 27-34

IAMAMOTO, M. V. Trabalho e Serviço Social: o redimensionamento da profissão ante as transformações societárias. In: O SERVIÇO social na contemporaneidade. Trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 2008, p.83-148.

\_\_\_\_\_. O serviço Social na cena contemporânea. In: SERVIÇO Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CEFESS/ABEPSS, 2009a. p. 15-50.

\_\_\_\_\_. **Os espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social**. In: Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009b, p. 341-375.

\_\_\_\_\_. **Formação Profissional. Renovação e conservadorismo no serviço social: Ensaio crítico**. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2013. P. 187-227.

\_\_\_\_\_. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n120/02.pdf>. Acesso em: 15 de setembro de 2017.

KOIKE, M. M. Formação Profissional em Serviço Social: exigências atuais: In: SERVIÇO Social: direito e competências profissionais. Brasília: CEFESS/ABEPSS, 2009, p. 202-219.

NETO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seu direitos. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 107, p. 420-437, Jul/Set. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n107/03.pdf>>. Acesso em: 08 de junho de 2018.

\_\_\_\_\_. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: SERVIÇO Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CEFESS/ABEPSS, 2009. P. 377-391.  
RIBEIRO, E. B. O estágio no processo de formação dos Assistentes Sociais. In: SERVIÇO Social: temas, textos e contextos. FORTI, Valéria. Guerra, Yolanda (orgs). 2 ed. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2012.

SANTOS, J. S. **Questão social**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, L.G.G. ARANHA, M. L. M. **A noção de competência no Serviço Social**. In: MACHADO, Maria Lúcia; SANTOS, Vera Núbia; BORGES. J. Lusitânia de J. (orgs). Mercado de trabalho, qualificação e “competência” profissional: desafios para o/a assistente social. São Cristóvão: Ed. UFS, 2017. p. 11-44.

SILVA, A. M. Serviço Social e Mercado de Trabalho. In: MACHADO, Maria Lúcia; SANTOS, Vera Núbia; BORGES. J. Luistânia de J. (orgs). Mercado de trabalho, qualificação e “competência profissional: desafios para o (a) assistente social. São Cristóvão: Ed. UFS, 2017. 105-127.

SAVIANI, D. **O trabalho como princípio educativo**. Disponível em: [http://www.ufpr.cleverton.com.br/arquivos/EP\\_104/dermeval\\_saviani.pdf](http://www.ufpr.cleverton.com.br/arquivos/EP_104/dermeval_saviani.pdf). Acesso em: 10 de fevereiro de 2018.

TINTI, E. C. Formação profissional em Serviço Social no Brasil e trabalho profissional. In: CAPITALISMO, trabalho e formação profissional: dilemas do trabalho cotidiano dos assistentes sociais em Ribeirão Preto [on line]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p. 75-96. ISBN 978-85-7983-655-8. Availabe from Scielo Books. <http://books.scielo.org>.

VASCONCELOS, A. M. V. BALTAR, J. F. Universidade e Saúde. Formação profissional para o Sistema único de Saúde? In: DUARTE, J. Oliveira *et. al.* **Política de Saúde hoje**: interface & desafios no trabalho de assistentes sociais. Campinas, São Paulo: Papel Social, 2014. P. 249-268.

